RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: A IMPORTÂNCIA DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Maelly Ingrid Lima Colares [1], Geranilde Costa e Silva [2]

RESUMO

O presente trabalho trata da importância do Programa Residência Pedagógica (PRP), especificamente do sub-projeto de pedagogia (Ce) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, pela implementação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 em escolas do Maciço de Baturité, nas cidades de Acarape e Redenção, e também no município de Guaiúba, que faz parte da região metropolitana de Fortaleza. As leis foram promulgadas nos anos de 2003 e 2008, respectivamente, e tratam da inclusão de temáticas sobre a cultura afra brasileira e indígena nos currículos escolares em escolas de educação básica. No decorrer do trabalho serão relatados experiências obtidas durante as regências em sala de aula, que ocorreram na Escola de Ensino Fundamental Raimundo Alves, no município de Acarape, nas turmas de 2° ano que ainda estão no processo de alfabetização. Temática essa que dialogando com os seguintes autores Mortatti (2006), Magda Soares (2004) e Emilia Ferrero (1985) e também com o que as leis propõem para o ensino básico, contribuindo para a formação destas crianças como sujeitos ativos no contexto de sua comunidade, valorizando sua identidade e a diversidade cultural afro-brasileira e indígena.

Palavras-chave:

Residencia pedagógica. Lei nº 10. 639/03. Lei nº 11. 645/08.

[1] Unilab, Instituto de humanidades, Discente, e-mail: maelly_ingrid3@hotmail.com
[2] Unilab, Instituto de humanidades, Docente, e-mail: geranildecosta@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância do Programa Residência Pedagógica (PRP), através do subprojeto do curso de licenciatura em Pedagogia (Ce) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, relatando experiências vivenciadas abordando o estudo da cultura afro brasileira e indígena embasados nas leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, no processo de alfabetização e nas componentes curriculares na turma de 2° ano da Escola de Ensino Fundamental Raimundo Alves, que está localizada em Riachão, na CE 060, zona rural, a 5,5 km do município de Acarape, que fica a 63 km da capital Fortaleza, no estado do Ceará.

Segundo o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) órgão financiador do projeto "O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso" (CAPES, 2018).

De acordo com a CAPES (2018), esta abordagem deve atender, entre demais atividades, a regência em sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor (preceptor) da escola com experiência na área de ensino do licenciando, e orientada por um docente da sua Instituição Formadora. O Programa Residência Pedagógica é articulado aos demais programas da Capes compõem a Política Nacional, tem como princípios básicos a união da teoria e prática em um determinado contexto, e é de suma importância que o entendimento da formação de professores nos cursos de licenciatura, deve garantir aos licenciandos, habilidades e competências que lhes permitam implementar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica. O trabalho está dividido da seguinte maneira: Resumo, Introdução, Metodologia, Resultados e discussão, conclusões, agradecimentos e referências.

METODOLOGIA

Como dito anteriormente as atividades foram desenvolvidas na Escola de Ensino Fundamental Raimundo Alves, que integra o quadro de instituições escolares do município de Acarape, que fica localizada na comunidade Riachão do Norte, que fica a 5,5 km da sede (Acarape). As regências em sala de aula foram realizadas em duas turmas de 2° ano, atendendo crianças entre 6 a 7 anos, uma no ano de 2018 e a atual no presente ano de 2019. Ambas as turmas se encontram no processo de aprendizado da leitura e escrita, que fazem parte do programa "Pacto nacional pela Alfabetização na idade certa" (PNAIC), que de acordo com o site da Plataforma do letramento "Tem como principal desafio garantir que todas as crianças brasileiras até oito anos sejam alfabetizadas plenamente. Para isso, ele contempla a participação da União, estados, municípios e instituições de todo o país" (PLATAFORMA DO LETRAMENTO, 2015).

Desta forma, as temáticas sobre a cultura afro-brasileira e indígenas foram adequadas aos componentes curriculares de acordo com o nível de ensino dos estudantes atendidos, com o intuito de desmitificar a imagem das pessoas negras e indígenas, que ainda são alvo de racismo, discriminação, termos pejorativos, dentre outros preconceitos que são umas das causas da desigualdade social e intolerância no Brasil. Durante a realização das atividades na escola, foi percebido que o modelo de como as aulas são dadas, não tiveram grandes mudanças com relação aos modelos tradicionais desde quando foram fundadas as primeiras escolas no Brasil, e diante desta situação, foi pensado formas em que as crianças se sentissem mais livres, durantes

as regências com estas temáticas, tanto dentro da sala de aula como fora desta. Sendo assim, foram elaboradas metodologias para melhor uma melhor aprendizagem das crianças sobre estes temas.

Foram levados tecidos africanos e de pinturas indígenas para que as crianças sentassem no chão sob eles, admirando formas, cores, pinturas e desenhos. Como esta turma no ano anterior (2018) no nível de 1° ano, já haviam tido contato com o programa, já estavam cientes dos temas trabalhados, que foram aprofundados neste ano de 2019. A metodologia utilizada durante as regências, foram planejadas para que as crianças se sentissem à vontade e também que despertasse o interesse delas na leitura, com livros de história sobre as relações étnico-raciais, que incluem o estudo da cultura afro-brasileira e indígena, na escrita, na maioria das atividades foram destacadas palavras dos livros utilizados nas contações de história, em que eles tinham que separar sílabas e juntar, também foram produzidos jogos da memória com algumas palavras destes livros, buscando trabalhar habilidades e competências que os alunos precisam desenvolver nesta faixa-etária.

Os temas foram adaptados às componentes de português, história, geografia, artes, ciências e matemática, onde foram abordadas histórias de povos indígenas, quilombolas, e também o continente africano, que foi apresentado aos estudantes, os países que têm a língua portuguesa como oficial. Nas regências sempre foi trabalhado a questão da interdisciplinaridade, ou seja, em um dia de regência são abordados não só uma componente, mas 2, 3 ou até 4, pois tem momentos de contação de histórias, são utilizados mapas, jogos, leitura, escrita e produção de desenhos. As crianças interagem e participam com muito entusiasmo e curiosidade, pois são momentos que não faziam parte da rotina escolar, e nesses meses de imersão nas escolas, é notável a mudança de comportamentos e conceitos com relação as diferenças, são atividades ricas em conhecimentos para as crianças, que não só aprendem e desenvolvem suas habilidades e competências, mas também aprendem a lidar com as diferenças e com a diversidade cultural presente em nosso país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 1988, a Constituição assegura direitos iguais a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua raça, cor, religião, etnia, origem, e classe social. Mas sabemos que isto não se efetiva na prática, onde vivenciamos uma falsa democracia racial e desigualdade social, onde as diferenças, ao invés de serem compreendidas e respeitadas, são fatores que definitivamente separam grupos a um grande abismo de distância, que além de não serem entendidas, são “motivos” para o crescimento exponencial de violência e intolerâncias atualmente. O racismo se enraizou em nosso país principalmente por medidas e ações que foram legitimadas pelo próprio Estado, nos primeiros anos pós-abolição, contribuindo para a perpetuação deste em nossa sociedade, o que resultou em um povo que não conhece profundamente sua história e nega sua própria identidade. Mesmo com alguns avanços (recentes) em políticas públicas voltadas para a população negra e indígena referente ao programa de cotas nas universidades públicas e concursos, ainda estamos longe de viver em uma verdadeira democracia racial, e por este fato, é preciso refletir por uma mais eficiente implementação das leis nº 10.639/03 e n] 11.645/08 no ensino básico, para desconstruir a imagem caricata, negativa e pejorativa atribuída aos povos negros e indígenas, visando termos gerações futuras e respeitem e convivam bem com as tantas diferenças presentes no Brasil.

Segundo o governo federal “A Lei n° 11.645, de 10 março de 2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (PLANALTO, 2008). Com a promulgação dessas leis, é notória a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio, não apenas no dia da “consciência negra”, ou no “dia do índio”, mas em todo ano letivo, pois é impossível abordar temáticas tão importantes em apenas uma data

“comemorativa”, quando na verdade não há nada a comemorar. Estas temáticas tão importantes abordadas somente desta forma, são equiparadas as datas festivas da “páscoa”, “natal” que possuem os símbolos como “coelhinho da páscoa” e “papai noel”, respectivamente. Deste modo, os negros e indígenas acabam sendo mitificados como estes personagens, que é justamente aquela imagem caricata e pejorativa relatada anteriormente. Desde que estas leis entraram em vigor, já foram produzidos bastante materiais didáticos que tratam das temáticas étnico-raciais, e até estão presentes nas escolas, mas em sua grande maioria, são esquecidos e não abordados. O que é lamentável, pois com isso se perde a oportunidade de construir uma sociedade mais justa e respeitosa futuramente. É preciso que haja uma política de Estado, e não de Governo, pois Governos mudam, mas o Estado permanece, para assim efetivar e promover formação de professores, gestores e também ações que alcancem a sociedade como um todo, para a promoção do respeito e conhecimento de nossa própria história. Durante as regências, foi pensado e planejado em como abordar isso com as crianças em que elas se interessassem e entendessem sobre as temáticas, adequando ao seu processo de aprendizagem de leitura e escrita e o conhecimento de si e do mundo. No Programa Residência pedagógica, como já foi citado anteriormente, é trabalhado as temáticas de acordo com as habilidades e competências que é cobrado pelo Governo, em que as crianças neste caso, entre 6 (seis) e 7 (sete) anos precisam desenvolver, e esta parceria só é possível quando a escola está disposta a receber o projeto e também aprender a utilizar outros métodos de ensino. As primeiras escolas são fundadas no período republicano brasileiro, e escola surge como espaço institucionalizado de acesso a educação para as pessoas iletradas, com estratégias, propostas e um ensino organizado com técnica para a aquisição da leitura e escrita. Com o constante fracasso escolar na alfabetização, que para Magda Soares estava intrinsicamente ligada a não relação entre linguagem e cultura, as soluções foram se desenvolvendo pela busca de propostas urgentes reunindo diversos intelectuais da educação como meio de superação do fracasso, assim, Observam-se repetidos esforços de mudança, a partir da necessidade de superação daquilo que, em cada momento histórico, considerava-se tradicional nesse ensino e fator responsável pelo seu fracasso. (MORTATTI, 2006, p. 3).Esta ferrenha disputa entre os métodos tradicionais de alfabetização por meio de cartilhas e técnica próprias e da proposta construtivista para a leitura e escrita, propiciou uma remodelagem nas práticas de alfabetização. Entre elas, o processo de alfabetização a partir da psicogênese da língua escrita tendo como grande percussora Emília Ferrero, em que coloca o aluno como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. Importa assim dizer que: “A partir de uma perspectiva psicolinguística pioneira associada ao desenvolvimento cognitivo de Piaget, a aquisição da língua escrita pela criança, como um processo psicogenético que se inicia antes mesmo da entrada da vida escolar e se desenvolve ao longo dos anos (...).” (FERRERO, 1985 APUD AMANCIO; CARDOSO, 2017, p.121-123). Portanto, “os processos de aprendizagem nessa concepção, não depende exclusivamente de métodos, podendo este ajudar ou frear, facilitar ou dificultar, o conhecimento resulta, portanto da ação do sujeito”. (idem, p.121-123).

No mesmo período surge o que é chamado de Letramento tendo grande defensora brasileira Magda Soares que ver a alfabetização e letramento não como divisores de águas, mas como métodos válidos surgindo deste modo um novo conceito. Assim, “Aos poucos é construindo o conceito de alfabetizar letrando, que significa não se descuidar da especificidade (apropriação de sistemas) ao mesmo tempo em que se ensina a língua”. (SOARES, 2004, APUD, AMANCIO; CARDOSO, 2017, p.123). No entanto, esse conceito, tem como princípio “que aprender a ler e escrever é aprender a construir sentindo para e por meio de textos escritos. (idem 2017, p.123). O letramento passa a andar de mão dadas com os gêneros textuais que para Magda Soares deve esta diretamente ligadas durante o letramento e a alfabetização, cujos processos de ensino e aprendizagem devem partir de textos da realidade das crianças e do todo para as partes e não o vice e versa. Podemos considerar que a escola é um espaço de reflexão, construção, ensinamentos e aprendizagens para entender que existem diferenças, mas que nossos direitos são iguais, e que todos merecem ser respeitados. Não apenas respeitar, mas saber que nossa cultura é repleta de conhecimentos dos povos indígenas e africanos, e que somos descendentes dessa herança cultural.

A seguir, serão destacados dois livros, um de literatura indígena, eoutro de literatura negra, trabalhados em sala de aula. O primeiro intitulado “Tempo de caju”, da autora Socorro Acioli, de temática indígena. O enredo se passa numa terra indígena onde nascem muitos cajueiros. Mas os cajueiros exigem paciência, pois só dão

frutos uma vez por ano. A cada safra, Porã (personagem) guardava uma castanha em sua cabaça. Junto dela, conservava uma outra cabaça, que o avô lhe deixou como herança. Ao completar 7 anos, Porã teve de fugir com seu povo da invasão de um povo inimigo. Mal sabia ele que, ao final daquela longa jornada, os cajueiros lhe ensinariam algo muito importante. As crianças ficaram encantadas com a história, e este era um livro que já estava na escola há muito tempo, mas elas nunca leram ou escutaram a história. Sem dúvida, as crianças gostaram bastante, pois além da fruta fazer parte do cotidiano delas, aprenderam sobre a cultura indígenaJá o outro livro utilizado nas regências foi "O mundo Black power de Tayó", de Kiusam de Oliveira, bastante importante para se trabalhar a valorização da beleza negra e sua própria identidade. Na história, a personagem ama seu cabelo e toda sua ancestralidade africana, e não se deixa abater pelas situações de racismo que ela passa na escola, pois ela gosta muito de si de sua história. As crianças ficaram bem quietas escutando a história, e permaneceram caladas quando foi terminado a história. Foi percebido que houve uma sensibilização das crianças com a história, é extremamente necessário implementar as temáticas não apenas a partir do ensino fundamental, mas também na Educação Infantil, para desde cedo as crianças aprenderem a respeitar e conviver com as diferenças, e assim promover a valorização da identidade e de nossa cultura ancestral.

CONCLUSÕES

O Programa Residência Pedagógica (PRP) tem cumprido seus objetivos de implementar temáticas que não se faziam presentes e/ou contínuas nas escolas atendidas pelo programa, almejando que ao término do programa, essas práticas sejam continuadas pela escolas nas próximas turmas. Esta experiência proporcionou aos residentes/preceptores/coordenadores do sub projeto de pedagogia, inúmeras experiências enriquecedoras através das formações e atividades desenvolvidas nas escolas, que deixarão ideias e práticas de ensino pautadas nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Também propiciou a troca de saberes entre estudantes universitários com professores e alunos do Ensino básico, que é sem dúvidas, enriquecedor. É uma grande experiência para quem precisa da práxis, isto é, o encontro da teoria com a prática, vivenciada a cada dia neste programa. Buscamos conhecimento através de nossa formação acadêmica, mas também é preciso estar presente e vivenciar o chão da escola, sendo esse um dos possíveis campos de atuação de um pedagogo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Escola de Ensino fundamental Raimundo Alves, seu núcleo gestor, e a Preceptora Maria Aparecida Alves Pereira, pela dedicação e paciência. Agradeço aos coordenadores do sub projeto Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira e Drª. Geranilde Costa e Silva pelas formações e aprendizados. Agradeço a CAPES pela financiamento do Projeto Residência Pedagógica.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. **Alfabetização como processo discursivo: um "modo de fazer" diferente.** In: GOULART, C. M. A.; GONTIJO, C. M. M.; FERREIRA, N. S. de A. (Orgs.) A alfabetização como processo discursivo: 30 anos de A criança na fase inicial da escrita. São Paulo: Cortez, 2017.

CAPES. **Programa Residência Pedagógica.** Acesso em: 15/09/2019. Disponível em:

Entrevista: Métodos de alfabetização - Magda Soares. Acesso em: 15/09/19. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mAOXxBRaMSY.

MENDONÇA, Onaide Schumartz; MENDONÇA, Olímpio correia de. **Psicogênese da língua escrita: contribuições equívocas e consequência para a alfabetização**. In: www.finom.edu.br/cursos/arquivos/2017822204354.pdf acessado em 15/09/2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**.

Artigo apresentado na conferência proferida durante o Seminário **"Alfabetização e letramento em debate"**, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.

PLANALTO. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008.** Acesso em 17/09/2019. Disponível em: